



RELIGIÃO E POLÍTICA

RELIGION & POLITICS

*Prof. Dr. Carlos André Silva de Moura**

*Prof. Dr. Drance Elias da Silva***

*Prof. Dr. Marcos Vinicius de Freitas Reis****

A relação entre religião e política, sobretudo no Brasil, está cada vez mais presente em nosso cotidiano. A cada eleição percebemos maior número de candidatos ao poder legislativo que aciona a identidade religiosa para tentar se eleger. No campo do poder executivo não é diferente. Atuais mandatários ou postulantes ao cargo acionam valores religiosos para conseguir apoio político e voto para sucesso da sua eleição ou reeleição, com disputas que buscam legitimar propostas civis a partir de discussões eclesiais (MOURA, 2021).

Refletir sobre um dossiê que reúne trabalhos relacionados a conexões entre religião e política é fundamental. Faz-se necessário trabalhos acadêmicos de alta qualidade

* Professor Associado / Livre-docente do Curso de História da Universidade de Pernambuco (UPE, Campus Mata Norte). Docente do Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória) e do Programa de Pós-graduação em Culturas Africanas, da Diáspora, e dos Povos Indígenas. Pós-doutor e Doutor em História na UNICAMP. E-mail: casmcarlos@yahoo.com.br.

** Professor adjunto da Universidade Católica de Pernambuco, dos Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião e do Bacharelado em Teologia. Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco, Pós-doutor pela Escola Superior de Teologia (Faculdades EST, RS). E-mail: drance.silva@unicap.br.

*** Docente do Curso de Mestrado Acadêmico em História Social da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Docente do Mestrado Profissional em História da Universidade do Estado do Maranhão (UEMA). Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos. Pós-Doutor em Estudos de Fronteira pela UNIFAP. Pós-Doutor em Ciências da Religião pela Universidade do Estado do Pará (UEPA). E-mail: marcosvinicius5@yahoo.com.br.



que consigam diagnosticar, explicar e apontar determinada possibilidade de resolução da complexa relação da presença do elemento religioso na vida política.

Desde o período da redemocratização, as comunidades cristãs adotam a postura de tentar eleger representantes para cargos políticos. O campo evangélico foi destaque neste processo. Com o discurso de “irmão vota em irmão”, lançando pastores e bispos para concorrer a cargos eletivos, exposição midiática, mobilização dos fiéis para voto nestes candidatos e outras formas de ajuda política. Neste sentido, a cada eleição avança o número de parlamentares vinculados a igrejas pentecostais ou neopentecostais. Hoje podemos dizer que existem centenas de deputados federais que fazem parte da Frente Parlamentar Evangélica, com pautas conservadoras que, em grande medida, são contrárias ao reconhecimento dos direitos humanos. Em âmbito estadual e municipal também percebemos este processo, com validação de propostas em diferentes setores que têm impactos na vida de cada indivíduo (COUTROT, 2003).

No campo católico, percebemos a tentativa de mobilização da base para eleger seus representantes. Exemplo disto é o movimento da Renovação Carismática Católica (RCC), que por meio do Departamento de Fé e Política, busca eleger representantes para cargos do executivo e do legislativo, com o intuito de atuar em prol dos seus interesses. Ainda neste meio, encontramos outros movimentos ou setores que tentam articular a eleição de parlamentares comprometidos com as pautas conservadoras, a exemplo: contrários a legalização das drogas, ao aborto ou o casamento homoafetivo.

No campo progressista, tanto católicos e evangélicos tentam eleger representantes vinculados as questões sociais. As pastorais sociais, as comunidades eclesiais de base e algumas Igrejas Evangélicas defendem pautas vinculadas à reforma agrária, combate do racismo e qualquer forma de preconceito contra as minorias, resistente a processos de privatização de empresas e a favor da adoção de investimento em saúde, educação e segurança pública.

Quando falamos de religião e política, naturalmente a questão da laicidade do Estado vem à tona. A constituição brasileira é diretiva ao dizer que não tem uma religião oficial. Assuntos confessionais são de ordem privativa e o poder público dialoga com os segmentos religiosos de forma igualitária. Entretanto, não é isto que ocorre no

cotidiano da política brasileira. Diferentes segmentos são beneficiados em relação a outras tradições religiosas por ações do nosso Estado. Temos feriados cristãos, concessão de rádio e TV, investimentos públicos em Igrejas ou obras sociais religiosas, partidos políticos confessionais, bancadas religiosas, símbolos religiosos nas repartições públicas, dentre outros benefícios.

As religiões de matriz africana têm sido muito prejudicadas neste processo. Não são raros os momentos que sofrem intolerância e racismo. Cotidianamente são denunciados crimes de invasão e destruição dos terreiros, líderes religiosos desta instituição são agredidos nas ruas e têm suas imagens deterioradas. No âmbito educacional, as escolas públicas e privadas pouco trabalham a lei nº 10.639, que consiste no ensino da cultura e História Afro-Brasileira e Africana nos currículos escolares, ou a lei nº 11.645, que orienta o ensino da História e cultura indígena, com modificações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Diante do quadro esboçado nos parágrafos anteriores, o presente dossiê apresenta trabalhos de pesquisadores de diferentes instituições do Brasil e outros países. Nesta proposta, Ana Rosa Cloquet da Silva, com o trabalho “O conceito de “civilização” na confluência do político e do religioso: uma análise de semântica histórica”, propõe uma discussão de como a relação entre o religioso e político vieram assumindo feições ao longo do processo histórico do Brasil.

O trabalho intitulado “Pastoral Operária na Igreja dos Pobres de Olinda- Recife: ACO/MTC e ação profética de Dom Hélder”, de autoria dos pesquisadores Flávio Lyra de Andrade e Valmir Assis da Silva, dialogam a respeito da atuação da pastoral operária nas regiões de Recife e Olinda, orientadas pelos direcionamentos religiosos e políticos de Dom Hélder Câmara. O pesquisador Riccardo Burigana, com o trabalho “Tanti Testimoni Dello Stesso Cristo: Nota sulla storia del cristianesimo in Russia e in Ucraina e dei suoi rapporti con il potere”, debate a respeito das questões entre religião e política relacionada ao cristianismo presente na Rússia e na Ucrânia.

O texto escrito por Marcos Vinicius de Freitas Reis e Eneida Damasceno, com o título “Imigração Judaica na Amazônia: a História dos sefarditas do Amapá”, faz uma recapitulação histórica da presença dos judeus no extremo Norte do Brasil. O Amapá desde o seu nascedouro abrigou significativa participação dos judeus na vida política

deste Estado, com o artigo, dialogou-se sobre o envolvimento dos judeus na política amapaense ao longo da história.

O trabalho “Não podemos ser envolvidos pela solerte propaganda do inimigo do regime”: o anticomunismo através da imprensa do Movimento Fundamentalista Presbiteriano do Brasil (1956-1964)”, de autoria de Carlos André Silva de Moura e Saymmon Ferreira dos Santos, faz uma análise de como o sentimento anticomunista esteve presente nas dependências do presbiterianismo brasileiro. A partir da rede de imprensa da instituição, os autores analisaram a circulação dos discursos progressistas e conservadores entre seus fiéis e líderes.

Artigo do pesquisador Wellington Teodoro da Silva, intitulado “Thales de Azevedo e a Revolução Civil Brasileira”, analisa as contribuições teóricas e metodológicas do autor Thales de Azevedo a respeito das revoltas brasileiras lideradas por civis. Sua contribuição é fundamental para se pensar produções clássicas do pensamento social no Brasil.

Péricles Morais Andrade Júnior contribui neste número com o trabalho “O (não) lugar da moral evangélica no parlamento nacional: posicionamentos parlamentares femininos (2006, 2010 e 2014)”, com discussões sobre as narrativas e visões de mundo das representações femininas evangélicas no Congresso Nacional entre 2006 e 2014. A pesquisa tem um debate fundamental para compreendermos o tempo presente, especialmente, as discussões relacionadas à política parlamentar.

Os autores Aíla Luzia Pinheiro de Andrade e Ivoneide Viana de Queiroz, com o artigo “Vida religiosa feminina na Amazônia e seu compromisso sociotransformador”, analisam as vocações religiosas femininas no contexto amazônico, com a visão de transformação com as comunidades pobres. São relatados trabalhos de evangelização e o contato com as comunidades pobres na Amazônia, com estudos sobre espaços muitas vezes negligenciados nas análises acadêmicas.

Guilherme Antônio Lopes de Oliveira, com o texto “A construção discursiva do “kit gay” como instrumento de manipulação do eleitorado evangélico brasileiro”, analisa como os debates em torno do *Kit Gay* foi instrumentalizado para reforçar a identificação do eleitorado evangélico com o campo político conservador. Tais discussões

demonstram a relação entre as pautas políticas e os debates religiosos, como forma de fortalecer discursos conservadores e posicionamentos morais.

Por fim, Paulo Sérgio Lopes Gonçalves e Henrique Nilo da Silva, com o artigo “A intuição fenomenológica e sua aplicação à análise da religião em Paul Tillich”, debatem o pensamento de Paul Tillich, especialmente, relativa a questões sobre a fenomenologia. A temática é fundamental para os estudos em diferentes áreas do conhecimento, como História das Religiões, Ciências da Religião ou teologia (SILVA, 2010, p. 11 – 15).

REFERÊNCIAS

BENATTE, Antonio Paulo. A História Cultural das Religiões: contribuições a um debate historiográfico. In. ALMEIDA, Néri de Barros; SILVA, Eliane Moura da. (Org's). **Missão e Pregação: a comunicação religiosa entre a História da Igreja e a História das Religiões**. São Paulo: FAP-UNIFESP, 2014.

COUTROT, Aline. Religião e Política. In. RÉMOND, René (Org.). **Por Uma História Política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

MOURA, Carlos André Silva de. Política e Religiões no Ensino de História: diálogos culturais na contemporaneidade. In. MOURA, Carlos André Silva de; UZUN, Júlia Rany Campos. (Org.). **História, Religiões e Educação: espaços do político**. Recife: Editora da Universidade de Pernambuco, 2021.

MOURA, Carlos André Silva de; UZUN, Júlia Rany Campos. Religiões, Laicidade e Ensino de História: diálogos culturais para o trabalho em sala de aula. **Projeto História**. Revista do Programa de Estudos Pós-graduados de História, São Paulo, v. 67, p. 285-314, 2020. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/48236>

SILVA, Eliane Moura da. Religião: da fenomenologia à História. In. SILVA, Eliane Moura da; BELLOTTI, Karina Kosicki; CAMPOS, Leonildo Silveira (Org.). **Religião e Sociedade na América Latina**. São Bernardo do Campo: Editora Umesp, 2010.